
Fundação Romi

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho Deliberativo e Administração
Fundação Romi

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Romi (“Fundação ou Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e respectivas demonstrações do superávit, do resultado (superávit / déficit) abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Romi em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Fundação Romi

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

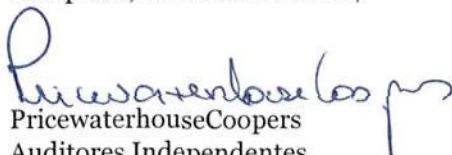



Fundação Romi

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de abril de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"


Marcos Roberto Sponchiado
Contador CRC 1SP175536/O-5

Fundação Romi

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro

Em reais

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.774	26.073	Fornecedores		47.083	77.054
Aplicações financeiras	3	36.292.993	30.058.342	Projetos educacionais e culturais vinculados	15	114.565	163.516
Dividendos a receber		-	30.373	Salários e encargos sociais		304.643	250.118
Outros valores a realizar		77.072	25.777	Adiantamento de mensalidades escolares		98.824	73.050
Mensalidades escolares a receber	5	30.431	8.250				
				Total do passivo		565.115	563.738
		<u>36.416.270</u>	<u>30.148.815</u>				
Não circulante							
Aplicações financeiras	3	2.371.349	4.971.867				
Ativos financeiros disponíveis para venda	4	3.585.963	2.432.830	Patrimônio Social	7		
Outros Investimentos	3	2.918.239	2.918.239	Superávit acumulado		46.509.468	42.824.290
Imobilizado	6	3.115.164	3.095.546	Ajuste de avaliação patrimonial		1.332.402	179.269
				Total do patrimônio social		47.841.870	43.003.559
		<u>11.990.715</u>	<u>13.418.482</u>				
Total do ativo		<u>48.406.985</u>	<u>43.567.297</u>	Total do passivo e patrimônio social		<u>48.406.985</u>	<u>43.567.297</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstração do superávit
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas			
Doações da mantenedora		849.373	770.929
Receitas financeiras		5.011.751	4.598.204
Mensalidades escolares	5	751.806	260.939
Dividendos recebidos		1.435	65.530
Outras doações		457.330	11.107
Outras receitas		86.870	19.106
Trabalho Voluntário	2.12	127.368	113.118
Recursos incentivados e convênios			
Projeto Revitalização Casas da Estação Cultural – Lei Rouanet		-	53.440
Projeto Ninho Musical - ProaC		-	32.163
Projeto Educação Patrimonial CEDOC – FUMCAD 2014		-	51.854
Projeto Educação Patrimonial CEDOC – IPHAN		102.127	91.058
Projeto Clown Anjos do Riso		-	7.657
Projeto Judô Sócio Educativo		67.163	64.611
Projeto Festival Cultura da Terra / Proac Edital		-	48.803
Projeto Vozes Barbarenses - FMC		6.096	-
		<u>7.461.319</u>	<u>6.188.519</u>
Despesas			
Educação			
Educação Infantil			
Centro de Vivências do Desenvolvimento Infantil - CEDIN - Jardim I e II	13.1	(445.228)	(376.761)
Ensino Fundamental II			
Núcleo de Educação Integrada – NEI – 6º ao 9º ano	13.1	(2.186.678)	(2.190.207)
Proteção Social Básica			
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos			
Programa de Bolsa Auxílio	13.2	(3.850)	(111.241)
Centro de Documentação Histórica - CEDOC	13.2	(667.143)	(510.599)
Estação Cultural	13.2	(403.171)	(430.305)
Outras Despesas:			
Trabalho Voluntário	2.12	(127.368)	(113.118)
Outras despesas diversas	14	(8.366)	(330.574)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstração do superávit
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas com projetos incentivados e convênios	15		
Projeto Revitalização Casas da Estação Cultural – Lei Rouanet		-	(53.440)
Projeto Ninho Musical – ProaC – ICMS-SP		-	(32.163)
Projeto Educação Patrimonial CEDOC – FUMCAD 2014		-	(51.854)
Projeto Educação Patrimonial CEDOC – IPHAN		(102.127)	(91.058)
Projeto Clown / Anjos do Riso		-	(7.657)
Projeto Judô Sócio Educativo		(67.163)	(64.611)
Projeto Fest. Cultura da Terra / Proac Edital		-	(48.803)
Projeto Vozes Barbarenses - FMC		(6.096)	-
		<u>(4.017.190)</u>	<u>(4.412.391)</u>
Superávit operacional		<u>3.444.129</u>	<u>1.776.128</u>
Outros resultados			
Despesas financeiras		(6.549)	(4.955)
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado, recebidos em doação		247.598	2.436
		<u>241.049</u>	<u>(2.519)</u>
Superávit do exercício		<u>3.685.178</u>	<u>1.773.609</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstração do resultado (superávit / déficit) abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Superávit do exercício	3.685.178	1.773.609
Outros componentes do resultado (superávit) abrangente		
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	<u>1.153.133</u>	<u>(1.603.136)</u>
Total do resultado (superávit/(déficit)) abrangente do exercício	<u><u>4.838.311</u></u>	<u><u>170.473</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstrações das mutações no patrimônio social exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Total do patrimônio social</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	41.050.681	1.782.405	42.833.086
Total do resultado abrangente do exercício			
Superávit do exercício	1.773.609	-	1.773.609
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	<u>-</u>	<u>(1.603.136)</u>	<u>(1.603.136)</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.773.609</u>	<u>(1.603.136)</u>	<u>170.473</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	42.824.290	179.269	43.003.559
Total do resultado abrangente do exercício			
Superávit do exercício	3.685.178	-	3.685.178
Ajuste do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	<u>-</u>	<u>1.153.133</u>	<u>1.153.133</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.685.178</u>	<u>1.153.133</u>	<u>4.838.311</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>46.509.468</u>	<u>1.332.402</u>	<u>47.841.870</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	3.685.178	1.773.609
Ajustes para conciliar o superávit do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	170.879	167.374
Ganho na alienação do imobilizado recebido em doação	(247.598)	(2.436)
Provisão para perda na realização de outros investimentos	-	296.353
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Outros valores a realizar	(51.295)	(19.661)
Dividendos a receber	30.373	(30.373)
Mensalidades escolares (NEI)	(22.181)	(8.250)
Valores vinculados bloqueados		-
Fornecedores	(29.971)	40.681
Projetos culturais vinculados	(48.951)	(127.775)
Salários e encargos sociais	54.525	18.602
Adiantamento de mensalidades escolares	25.774	51.849
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>3.566.733</u>	<u>2.159.973</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras e outros investimentos	(3.634.133)	(2.099.127)
Aquisição de imobilizado	(190.734)	(41.107)
Outras imobilizações	(1.546)	-
Alienação do imobilizado recebido em doação	249.381	2.683
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.577.032)</u>	<u>(2.137.551)</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(10.299)	22.422
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	<u>26.073</u>	<u>3.651</u>
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	<u><u>15.774</u></u>	<u><u>26.073</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Fundação Romi (“Fundação ou Entidade”), constituída em 29 de junho de 1957, com sede em Santa Barbara d’Oeste, no estado de São Paulo, é uma entidade beneficente de educação e assistência social, declarada de utilidade pública federal (decreto 655 de 8 de março de 1962), estadual (decreto 35.527 de 19 de setembro de 1959) e municipal (decreto 6001 de 3 de novembro de 2011), registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) conforme processo nº 123.390/60, Entidade Filantrópica, processo 81.603/62, é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado periodicamente, sendo o mais recente válido para o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2012, conforme Portaria 1397 de 30 de novembro de 2012 publicada no DOU de 3 de dezembro de 2012, prorrogada para 31 de dezembro de 2014 conforme Portaria 158 de 13 de novembro de 2013, tendo sido requerida sua renovação tempestivamente para o triênio de 2015/2017, conforme requerimento datado de 27 de novembro de 2014 e protocolado no Ministério da Educação (MEC) em 27 de novembro de 2014. Em 20 de setembro de 2016, foi encaminhada e recepcionada pelo MEC (protocolo de 21 de setembro de 2016) a prestação de contas em atendimento a manutenção do CEBAS-Educação, o qual continua com o status “em análise” junto ao MEC. Considerando que todos os requisitos legais para a renovação foram atendidos, a Administração da Entidade entende estar amparada legalmente para continuar operando com a isenção da cota patronal, SAT e terceiros.

A Entidade tem por objetivo estatutário manter escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, assistir a população carente, em situação de vulnerabilidade e riscos, especialmente crianças e adolescentes, a fim de preservar seus direitos fundamentais, satisfazer suas necessidades básicas e desenvolver integralmente suas potencialidades cidadãs e promoção do desenvolvimento social e cultural da cidade de Santa Bárbara d’Oeste e região. A vulnerabilidade é entendida na forma pluridimensional que envolve, além da questão econômica, o suporte familiar, as condições de saúde, a qualidade educacional e cultural, as relações afetivas e de compromisso com o meio em que vive. Ao trabalhar para a acessibilidade a uma educação de qualidade, aos bens culturais, à integração comunitária, minimizam-se as carências, tornando essa população alvo menos vulnerável aos riscos sociais.

A Entidade conta com um Fundo Patrimonial, composto pelos recursos das disponibilidades em aplicações financeiras de curto, médio e longo prazo e dos investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda, para assegurar a perpetuidade da causa expressa no seu objeto social (acima), o qual está evidenciado no artigo 7º, dos Estatutos Sociais, cujo o item IV estabelece que o montante a ser aplicado anualmente deva ser entre 2% e 10% do Fundo Patrimonial apurado em trinta de novembro do ano anterior.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade e autorizadas para emissão em 20 de abril de 2017.

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

Na preparação de suas demonstrações financeiras, a Entidade adotou as práticas contábeis definidas na legislação societária brasileira aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e fundações, as quais incluem a ITG 2002 (R1), aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, emitida e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Bases para elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir:

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há outros pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2016, que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, quando aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante, quando aplicável.

2.5 Aplicações financeiras

Os investimentos em aplicações financeiras são caracterizados como títulos disponíveis para venda e mensuradas pelo seu valor justo. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição destas aplicações financeiras são adicionados ao montante original.

2.6 Ativos financeiros

(a) Classificação

A Entidade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.1) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 2.4) e "Valores a receber da mantenedora".

(a.2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço (Nota 4).

2.6.1 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda (ações) são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Entidade de receber dividendos.

2.7 Imobilizado

Está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. As doações de bens para imobilização são contabilizadas pelo seu respectivo valor de mercado, tendo como contrapartida, receita no resultado. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, exceto os bens considerados como obra de arte ou antiguidade.

2.8 Provisão para recuperação dos ativos a longo prazo

A Administração revisa o valor contábil dos ativos a longo prazo, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações com o objetivo de determinar e avaliar sua deterioração em bases periódicas e efetua o registro da perda de valor, se aplicável.

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Apuração do superávit

As doações e contribuições espontâneas e sem destinação específica para programas e projetos são reconhecidas como receitas quando recebidas. As verbas recebidas pela Entidade direcionadas à execução de projetos sociais de cunho educacional ou cultural, bem como a receita financeira resultante da aplicação destes recursos antes de sua alocação aos referidos projetos, são reconhecidas como na rubrica “Projetos Educacionais e Culturais Vinculados”, no passivo, e apropriadas ao resultado à medida que os gastos relacionados aos projetos são incorridos, conforme Nota 15. A totalidade das despesas é reconhecida pelo regime de competência.

2.10 Provisões

Provisões são reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, exista a probabilidade provável de uma saída de recursos, e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

2.11 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Entidade o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro da depreciação e amortização.

2.12 Trabalho Voluntariado

De acordo com a revisão da ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos, de 21 de agosto de 2015 (DOU de 02.09.2015), item 19, a receita e o respectivo custo dos trabalhos voluntários, referente aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e os demais voluntários do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estão sendo reconhecidos pelos seus valores justos na demonstração do superávit.

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	15.774	26.073
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>15.774</u>	<u>26.073</u>
Fundos referenciados DI (a)	3.337.184	2.251.634
Fundos multimercado (a)	6.102.505	3.673.875
Fundos de renda fixa (a)	29.224.653	29.104.700
Outros investimentos (b)	<u>2.918.239</u>	<u>2.918.239</u>
Total de aplicações financeiras	<u>41.582.581</u>	<u>37.948.448</u>
Classificado como:		
Circulante	36.292.993	30.058.342
Não circulante	<u>5.289.588</u>	<u>7.890.106</u>
	<u>41.582.581</u>	<u>37.948.448</u>

- (a) As aplicações financeiras estão representadas principalmente por cotas de fundos, sendo que estes, pulverizados em suas estratégias, apresentam de forma preponderante, mas não exclusiva, em suas carteiras: títulos públicos da dívida federal, títulos pós-fixados referenciados em DI (depósito interbancário) ou índices de preços (NTN-B), CDBs (certificados de depósito bancário) atrelados ao CDI (certificado de depósitos interbancários), letras financeiras de grandes bancos nacionais, debêntures, taxas de juros e inflação, contratos de índices, moedas, ações, sendo todos, registrados a preços e taxas de mercado, em ambientes certificados legais e autorizados (CETIP, CBLC, bancos custodiantes) e estão registradas por seus respectivos valores justos.
- (b) Referem-se à aplicação financeira de longo prazo expectativa de recebimento por meio da alienação do imóvel dado em garantia nos certificados de recebíveis imobiliários o qual se mantém estável no valor atribuído de R\$ 2.918.239 (R\$ 2.918.239 em 2015).

4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros referem-se a ações de Indústrias Romi S.A. foram caracterizados, para fins de reconhecimento e mensuração, como disponíveis para venda. Portanto, o ajuste a valor de mercado desse ativo tem como contrapartida a rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio social, até a sua realização R\$ 3.585.963 (R\$ 2.432.830 em 2015).

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir a demonstração do cálculo do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda das ações da Indústrias Romi S.A.:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Indústrias Romi S.A.:		
Quantidade de ações ordinárias nominativas (participação equivalente a aproximadamente 2,24%) – unidades	1.406.260	1.406.260
Valor da ação no último dia útil do exercício findo em 31 de dezembro	<u>2,55</u>	<u>1,73</u>
	<u>3.585.963</u>	<u>2.432.830</u>

No exercício de 2016 a Entidade recebeu dividendos no montante de R\$ 31.808.

5 Mensalidades escolares

A Entidade possui mensalidades escolares a receber no montante de R\$30.431 (2015 – R\$ 8.250).

Apresentamos a seguir as receitas com as mensalidades escolares, bolsas concedidas e os descontos praticados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Mensalidade - Núcleo de Educação Integrada (NEI)	2.263.608	2.959.735
Bolsa Legal 100% - Lei 12101/2009 - NEI	(980.980)	(1.611.500)
Bolsa Legal 50% - Lei 12101/2009 - NEI	(41.580)	
Bolsa Convenção (Acordo Coletivo de Trabalho) - NEI	(18.480)	(13.200)
Desconto Promocional - NEI	(469.414)	(1.072.146)
Mensalidade Cancelada - NEI	<u>(1.348)</u>	<u>(1.950)</u>
Subtotal - NEI	<u>751.806</u>	<u>260.939</u>
Mensalidade - Centro de Vivência do Desenvolvimento Infantil (CEDIN)	479.732	394.707
Bolsa Legal 100% - Lei 12101/2009 – CEDIN	(473.753)	(383.155)
Bolsa Convenção (Acordo Coletivo de Trabalho) - CEDIN	(4.220)	(3.851)
Desconto Promocional - CEDIN	<u>(1.759)</u>	<u>(7.701)</u>
Subtotal - CEDIN	<u> </u>	<u> </u>
Total líquido das receitas com mensalidades escolares do NEI e CEDIN	<u>751.806</u>	<u>260.939</u>

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Imobilizado

	<u>Taxa anual de depreciação(%)</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Edificações	4	3.179.819	3.125.562
Máquinas e equipamentos	10	21.928	21.928
Móveis e utensílios	10	923.330	843.749
Veículos	20	144.895	114.500
Pátios	10	175.185	175.185
Equipamentos de informática	20	756.451	741.817
Outras imobilizações		1.546	-
		5.203.154	5.022.741
Depreciação acumulada		<u>(3.823.228)</u>	<u>(3.662.432)</u>
		1.379.926	1.360.309
Terrenos		1.735.238	1.735.237
		<u>3.115.164</u>	<u>3.095.546</u>

Segue abaixo a movimentação do ativo imobilizado:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	3.095.546	3.222.060
Adições	192.280	41.107
Baixas	(1.783)	(247)
Depreciação	<u>(170.879)</u>	<u>(167.374)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>3.115.164</u>	<u>3.095.546</u>

7 Patrimônio social

As receitas da Entidade são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais. De acordo com previsão estatutária, Capítulo VIII - Artigo 24, na eventual extinção da Fundação, o patrimônio social remanescente será destinado a uma instituição congênere ou afim, com sede e atividades preponderantes no Estado de São Paulo, preferencialmente no município de Santa Bárbara d'Oeste ou na região do município, que esteja devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social ou, na sua falta, a entidade pública, conforme for fixado pelo Conselho Deliberativo, ouvido o Ministério Público.

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Plano de previdência complementar

A Entidade mantém contratado um plano de previdência privada aberta complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados, nas modalidades de Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Fundo Gerador de Benefícios (FGB), ambos da modalidade de contribuição definida.

A natureza do plano permite que a Entidade, a qualquer momento, o suspenda ou descontinue suas contribuições de forma permanente. O custeio desse plano é suportado pela Entidade e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis. O montante de contribuições efetuadas pela Entidade em 2016 foi de R\$ 36.120 (R\$ 34.004 em 2015).

9 Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndios e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado. Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e a Administração estima que são suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado, determinados por especialistas.

10 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado.

11 Aspectos fiscais

A Entidade, na condição de entidade beneficente de assistência social, portadora do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, conforme item 1 – Contexto Operacional goza da imunidade tributária, no que se refere ao seu patrimônio social, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que assegurem esta imunidade, a qual sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Isenções usufruídas

Em atendimento à Lei 12.868/2013 que alterou a Lei 12.101/09 e ao Decreto 8.242/2014 que substituiu o Decreto 7.237/10, os valores devidos relativos a isenções referentes à contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e terceiros, garantidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizam R\$ 527.339 (R\$ 540.987 em 2015).

13 Investimentos educacionais e sociais

As informações relativas aos números de atendimentos foram obtidas dos controles internos definidos pela Entidade para tal finalidade. Considerando que essas informações são de natureza gerencial, portanto não sujeitas a procedimento de auditoria, as mesmas devem ser identificadas como decorrentes de controles internos julgados adequados pela administração da Entidade.

	2016		2015	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
13. – DESPESAS/CUSTOS TOTAIS		3.706.070		3.619.113
13.1. – EDUCAÇÃO				
13.1.1. – EDUCAÇÃO INFANTIL				
13.1.1.1. - Centro de Vivências do Desenvolvimento Infantil – CEDIN				
CEDIN, escola de educação infantil do ensino regular, com capacidade de atendimento de 120 crianças de 4 e 5 anos, jardim I e II, em período integral, voltada para crianças em situação de vulnerabilidade e risco social. A escola conta com a parceria da Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação de Santa Bárbara d'Oeste, SP.				
Custo da Escola:-		445.228		376.761
Alunos beneficiados:-	112		108	
13.1.2. – ENSINO FUNDAMENTAL II				
13.1.2.1. – Núcleo de Educação Integrada – NEI				
NEI, escola regular de ensino Fundamental II, em período integral, num ambiente de educação integrada, de convivência, aprendizagem e interação social, capaz de promover o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e relacional. Ao habilitá-los, através de desafios, busca-se uma aprendizagem contínua e formação geral de seus alunos.				
Custo da Escola:-		2.186.678		2.190.207
Alunos beneficiados:-	242		235	
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA				
13.2. - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS				
13.2.1. - Programa de Bolsa Auxílio				
Este Programa foi descontinuado a partir de 2014, tendo seus últimos beneficiários ingressados em 2013, os quais terão suas bolsas garantidas até o final do curso em 2016.				
Despesas com o Projeto:-		3.850		111.241
Beneficiados pelo Projeto:-	01		20	

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016		2015	
	Atendimentos (não auditado)	Valor investido	Atendimentos (não auditado)	Valor investido
13.2.2. - Centro de Documentação Histórica - CEDOC				
O Centro de Documentação Histórica é um espaço de guarda do acervo documental relativo ao patrimônio histórico da cidade e região, onde os frequentadores podem observar e vivenciar os trabalhos do Arquivo, assim como participar da mediação e relação do público com o acervo. Além do processamento técnico que permite o conhecimento histórico, tem na Educação Patrimonial, o seu projeto mais relevante, o acesso de estudantes, do município e região, a todo esse processo da construção do elo afetivo com o meio onde vive e a ampliação do universo artístico e cultural, pela sua metodologia que prevê a finalização do trabalho de pesquisa em diferentes formas de expressão artística. O envolvimento afetivo com a história de Santa Bárbara d'Oeste e região permite uma atenção maior da comunidade no que diz respeito à sua participação no destino do seu município.				
Custo do Projeto:		667.143		510.599
Educação Patrimonial - participantes:	6.857		7.116	
Pesquisas diretas e on-line:	7.894		6.661	
Visitas monitoradas e espontâneas:	2.712		749	
Total de beneficiados no CEDOC:	17.463		14.526	
13.2.3. - Estação Cultural				
Resultado da revitalização da antiga estação ferroviária de Santa Bárbara d'Oeste, inaugurado em 14/12/2007, o centro cultural consolidando-se como referência de desenvolvimento social e formação cultural no município e região. Por meio de ações sociais, atividades sócio educativas e eventos voltados a comunidade, com o objetivo de elevar o seu status sócio econômico e cultural, possibilitando um olhar mais amplo das diferentes situações de vulnerabilidade social e formas de combatê-las.				
Custo do Projeto:-		403.171		430.305
Oficinas Culturais – formação e geração de renda - beneficiados:-	587		1.180	
Teatro na Estação – formação de público - participantes:-	1.510		-0-	
Música na Estação - formação de público - participantes:-	3.810		2.130	
Projeto Ninho Musical - parceria Secr. Cultura SBO - ProaC-SP - beneficiados:-	-0-		76	
Virada Cultural Paulista - evento Secr. Cultura SP e parceria Secretaria de Cultura de SBO - participantes:-	5.000		4.200	
Projeto Judô Sócio Educativo - beneficiados:-	77		153	
Sala Inclusão Digital – parceria Pref. Munic. SBO– projeto encerrado em 2015:-	-0-		1.139	
Encontros, Feiras e Exposições – beneficiados/ participantes:-	2.195		1.993	
Eventos diversos - participantes:-	330		1.964	
Visitas espontâneas:-	1.702		780	
Total de participantes/beneficiados da Estação Cultural:-	15.211		13.615	
Total de Investimento Educacional e Social	33.029	3.706.070	28.504	3.619.113

14 Outras despesas diversas

Despesas tributárias, com seguros e despesas diversas no montante de R\$ 8.366 (2015 R\$ 330.574 composto por: (i) R\$ 34.221 - despesas tributárias, com seguros e despesas diversas; e (ii) R\$ 296.353 - perda estimada na realização de certificados recebíveis imobiliários) .

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Projetos educacionais e culturais vinculados

Projeto Ninho Musical ProAC - 2014

Projeto de formação de músicos para composição de orquestra e coral, aprovado pelo ProAC – Programa de Ação Cultural do Governo do Estado de São Paulo em 13 de agosto de 2013 no valor de R\$ 98.894, tendo captado integralmente os recursos com incentivo do ICMS-SP com patrocínio da Industrias Romi S.A. em 2014. Iniciou suas atividades em 1º de julho de 2014, utilizou em 2014 o valor de R\$ 54.742 e R\$ 32.164 em 2015, o projeto foi concluído em 31 de agosto de 2015, com saldo remanescente de R\$ 17.312, em 2016 houve a devolução do saldo remanescente e o projeto foi encerrado.

Projeto Ninho Musical ProAC 2014

Recursos recebidos no exercício de 2014	98.895
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2014	3.300
Valor utilizado no exercício de 2014	<u>(54.742)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	47.453
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2015	2.023
Valor utilizado no exercício de 2015	<u>(32.164)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (i)	17.312
Devolução do saldo remanescente ao Fundo Estadual de Cultura em 30/06/2016	<u>(17.312)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ii)	<u><u>-</u></u>

Projeto CEDOC - História Local Como Elemento de Cultura e Cidadania – IPHAN – 2014

Projeto de Educação Patrimonial aprovado pelo MinC – Ministério da Cultura e IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo Edital do FNC – Fundo Nacional de Cultura/2012 no valor de R\$ 247.500, com convênio assinado em 2 de dezembro de 2013 e execução no período de setembro de 2014 a setembro de 2017. Em 2014, utilizou-se o valor de R\$ 21.460, em 2015 foi utilizado R\$91.058, e em 2016 R\$ 102.127.

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Projeto CEDOC – IPHAN – 2014

Recursos recebidos no exercício de 2014	159.886
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2014	1.736
Valor utilizado no exercício de 2014	<u>(21.460)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	140.162
Recursos recebidos no exercício de 2015	87.614
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2015	8.015
Valor utilizado no exercício de 2015	<u>(91.058)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (i)	144.733
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2016	8.781
Valor utilizado no exercício de 2016	<u>(102.127)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ii)	<u><u>51.387</u></u>

Projeto Judô Socioeducativo – Prefeitura Municipal – Promoção Social - 2015

Projeto realizado pela Associação Paulo Alvim de Judô de Atibaia (APAJA) em parceria com a Fundação Romi através do convênio firmado com a Secretaria Municipal de Promoção Social de Santa Bárbara d'Oeste, execução no período de janeiro de 2015 a junho de 2016, recebeu em 2015 R\$ 66.000 e utilizou R\$ 64.611, em 2016 recebeu um montante de R\$ 66.000 e utilizou-se R\$ 67.163.

Projeto Judô Socioeducativo – Pref. Munic. Promoção Social - 2015

Recursos recebidos no exercício de 2015	66.000
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2015	82
Valor utilizado no exercício de 2015	<u>(64.611)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (i)	1.471
Recursos recebidos no exercício de 2016	66.000
Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2016	115
Contrapartida do proponente para encargos bancários	21
Valor utilizado no exercício de 2016	<u>(67.163)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ii)	<u><u>444</u></u>

Fundação Romi

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais, exceto quando indicado de outra forma

Projeto Vozes Barbarenses – FMC - 2016

“Vozes Barbarenses”, projeto viabilizado através do Concurso de Projetos Culturais nº 01/2015 da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Santa Bárbara d’Oeste, conforme Contrato nº 125/2016 (Processo Administrativo nº 2015/141-03-07) de 28 de abril de 2016 e cuja verba, de R\$ 8.419, provém do Fundo Municipal de Política Cultural. Em 2016 utilizou-se R\$ 6.096 do recurso.

Projeto Vozes Barbarenses - FMC

Recursos recebidos em 24 de junho de 2016

8.419

Valor utilizado no exercício de 2016

(6.096)

Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ii)

2.323

Projeto Ninho Musical Pronac 150632

Projeto de formação de músicos para orquestra, aprovado pelo MinC – Ministério da Cultura através da Lei Rouanet (Lei 8313/1991) pela Portaria 315 de 02/06/2015 (DOU 03/06/2015) no valor de R\$ 149.279, com captação parcial de R\$ 60.000, através de patrocínio da empresa CCR – Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeiras S.A. em 10/2016. Iniciará suas atividades em 1º de janeiro de 2017.

Projeto Ninho Musical - Pronac 150632

Recursos recebidos em 26 de outubro de 2016

60.000

Rendimentos financeiros auferidos no exercício de 2016

411

Saldo em 31 de dezembro de 2016 (ii)

60.411

Total de projetos educacionais e culturais vinculados em 31 de dezembro de 2015 (i)

163.516

Total de projetos educacionais e culturais vinculados em 31 de dezembro de 2016 (ii)

114.565


16 Contingências

A Entidade possui processo cível no montante de R\$ 245.444, para o qual a administração apoiada por seus consultores jurídicos entende que a probabilidade de perda é possível. Nenhuma provisão foi constituída.

FUNDAÇÃO ROMI


VAINER JOÃO PENATTI

* * *


JOSIANE PERDIGÃO GIBIN
Contadora CRC 1SP202148/O-8
CPF: 278.895.688-60